



# MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

5ª Promotoria de Justiça de Francisco Beltrão - Paraná

**Ref. Ofício nº 132/2023 – CREAS Novo Cidadão de Francisco Beltrão**

## PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO

1. Em data de 21 de março de 2023, foi encaminhado a esta 5ª Promotoria de Justiça da Comarca de Francisco Beltrão, relatório psicossocial elaborado pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) de Francisco Beltrão, relatando a atual situação de risco e vulnerabilidade social de Augustinho Miranda e Simara Miranda, pai e filha, respectivamente.

Consta do relatório psicossocial encaminhado que o núcleo familiar de Augustinho Miranda e Simara Miranda, pai e filha, respectivamente, é acompanhado pelos equipamentos de saúde e assistência social do município há muito tempo e que desde sempre a família viveu em situação de hipervulnerabilidade social, tendo em vista que a renda familiar é composta tão somente pelo benefício de prestação continuada recebido por Simara, pessoa com deficiência e que demanda cuidados especiais por parte de seu genitor, que, ao longo dos anos, prestava-lhe referidos cuidados precária e negligentemente, bem como sem a correta administração dos medicamentos que Simara necessita. Contudo, recentemente, o Sr. Augustinho sofreu queda em via pública que ocasionou, como seqüela, um sangramento em região extensa do seu cérebro, resultando no quadro clínico conhecido como “estado vegetativo” (condição crônica que preserva a capacidade de manter a pressão arterial, respiração e função cardíaca, mas não a função



# MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

5ª Promotoria de Justiça de Francisco Beltrão - Paraná

cognitiva), permanecendo internado, desde então, no Hospital São Francisco, neste município. Ressaltou o equipamento assistencial que tanto Simara quanto Augustinho necessitam de cuidados especiais e não encontram suporte no seio familiar para tanto, tendo em vista que de sua família extensa, nenhuma pessoa estaria apta a permanecer no encargo dos referidos cuidados de forma a propiciar uma vida digna a eles.

O equipamento assistencial informou, ainda, que por tais razões, houve articulação intersetorial entre os equipamentos da Rede de Atenção Psicossocial e da Rede de Atenção à Saúde do município para a definição das estratégias a serem adotadas no caso em exame, **tendo sido concluído a partir da análise técnica realizada pelos profissionais componentes das redes que alternativa não há senão o acolhimento tanto do pai quanto da filha em instituição apropriada aos seus cuidados, onde terão assegurados os seus direitos e o mínimo necessário para uma vida digna.** Assim, definiu-se a responsabilidade que cada política pública ficaria incumbida de providenciar, ficando a cargo da Política Municipal de Assistência Social, por meio do CREAS, produzir o relatório psicossocial encaminhado a este órgão de execução e o encaminhamento do Sr. Augustinho para instituição de longa permanência apropriada aos seus cuidados, enquanto a Secretaria Municipal de Saúde ficou encarregada do mesmo em relação à Sra. Simara.

Ao final, o órgão técnico sugeriu o “acolhimento institucional de longa permanência” a Simara e Augustinho, tendo em vista não possuírem suporte familiar algum e necessitarem de cuidados especializados, serviços tais que teriam junto a instituições de acolhimento, sendo este o último recurso a ser intentando visando à promoção de tratamento digno, dos direitos e dos mínimos necessários para a manutenção do bem-estar e da qualidade de vida de ambos.



# MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

5ª Promotoria de Justiça de Francisco Beltrão - Paraná

Dessa forma, por haver necessidade de apuração de fato que enseja a tutela de interesses individuais indisponíveis, notadamente no que diz respeito à necessidade da adoção das medidas cabíveis à promoção da institucionalização dos munícipes Augustinho Miranda e Simara Miranda, registre-se no Sistema PROMP como **PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO**, com fundamento no artigo 82, inciso III, do Ato Conjunto 001/2019-PGJ-CGMP, tendo por:

**Objeto:** Apurar os fatos narrados no relatório psicossocial elaborado pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) de Francisco Beltrão, relatando a atual situação de risco e vulnerabilidade social de Augustinho Miranda e Simara Miranda, pai e filha, respectivamente, com fundamento no artigo 82, III, do Ato Conjunto 001/2019-PGJ-CGMP, adotando-se os seguintes parâmetros:

**Representante:** CREAS Novo Cidadão

**Representado:** Município de Francisco Beltrão

**Interessado:** Augustinho Miranda e Simara Miranda

**Área de Atuação Principal:** Assistência Social

**Palavra(s) Chave:** Assistência Social – Unidades de Acolhimento

2. Determina-se o trâmite deste procedimento em **SIGILO**, no nível 1 (segredo), para fins de inibir a exposição desnecessária dos interessados<sup>1</sup> (CF, art. 5º, LX), sendo, desse modo, despendiéndose a afixação da portaria no local de costume;

<sup>1</sup>Nota-se, por oportuno, que o art. 5º, inciso LX, da Constituição Federal dispõe que a lei só poderá restringir a publicidade dos atos processuais quando a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem.



# MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

5ª Promotoria de Justiça de Francisco Beltrão - Paraná

3. Junte-se a cópia do Ofício nº 132/2023, acompanhado do relatório psicossocial referente às informações da situação grave de Augustinho Miranda e Simara Miranda, remetido pelo CREAS ao endereço de e-mail desta 5ª Promotoria de Justiça, arquivando-os, na sequência, na caixa de e-mail;

4. Oficie-se ao **CREAS Novo Cidadão de Francisco Beltrão**, solicitando que promova o acolhimento institucional dos munícipes Augustinho Miranda e Simara Miranda<sup>2</sup>, pai e filha, respectivamente, ambos pessoas com deficiência<sup>3</sup>, conforme expresso no Ofício nº 132/2023, em instituição apropriada aos seus cuidados especiais, objetivando o cumprimento do dever do Poder Público de garantir a dignidade da pessoa com deficiência ao longo de toda a vida, notadamente quando se encontre em situação de risco, emergência ou calamidade pública (art. 10 da Lei nº 13.146/15) e a promoção do direito à vida, à saúde, à habitação, à habilitação e à reabilitação, à dignidade e à convivência familiar e comunitária (arts. 8º, 31, 39 e da Lei nº 13.146/15), realizando a institucionalização de ambos na mesma instituição, preferencialmente e a depender do critério técnico do órgão, objetivando preservar o vínculo familiar entre ambos se possível, encaminhando-se, na sequência, relatório contendo informações e documentos que comprovem a efetiva institucionalização de ambos, no **prazo de 15 (quinze) dias** a contar do recebimento deste.

5. Decorrido o prazo, com ou sem resposta, tornem conclusos.

6. Cumpra-se.

<sup>2</sup>Caso seja esse efetivamente o entendimento técnico do órgão.

<sup>3</sup>**Art. 2º** Considera-se **pessoa com deficiência** aquela que tem **impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial**, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (Lei nº 13.146/15. Estatuto da Pessoa com Deficiência).



# MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

5ª Promotoria de Justiça de Francisco Beltrão - Paraná

---

**Prazo: 15 (quinze) dias úteis a contar do recebimento.**

Francisco Beltrão, *datado e assinado digitalmente.*

**WILLIAN R. SCHOLZ**  
**PROMOTOR DE JUSTIÇA**